



INSTITUTO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E
RMA AGRÁRIA - MAARA
Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
Centro de Pesquisa Agropecuária dos Tabuleiros
Costeiros - CPATC
Av. Beira Mar, 3250 - Cx. Postal 44 - Tel.: (079)217-1300
CEP 49001-970 - Aracaju-Sergipe

PESQUISA EM ANDAMENTO

Nº 18, CPATC, maio/97, p.1-5

PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS PRODUTORES FAMILIARES DE LARANJA DE UMBÁUBA/SERGIPE

Dalva Maria da Mota¹
Humberto Rollemberg Fontes²
Edson Diogo Tavares²

A região que corresponde aos Tabuleiros Costeiros e a Baixada Litorânea (Silva et al., 1992) apresenta um quadro agrário em que as pequenas unidades familiares de produção correspondem à cerca de 80% do total dos estabelecimentos, mas ocupam apenas 23% da área total. Apesar das condições edafoclimáticas favoráveis para a atividade agrícola na região, observa-se que estes produtores têm dificuldades para garantir a sobrevivência de suas famílias e da unidade de produção em decorrência de diversos fatores, dentre os quais, a limitação de área, que os condiciona a desenvolverem diferentes estratégias produtivas.

Neste trabalho apresenta-se o perfil socioeconômico de um grupo de produtores familiares de Umbaúba que está sendo acompanhado visando a identificação e caracterização dos sistemas de produção em uso, como parte das ações do Projeto "Desenvolvimento de Agroecossistemas Sustentáveis para a Pequena Produção na Baixada Litorânea e nos Tabuleiros Costeiros", vinculado ao Programa Sistemas de Produção da Agricultura Familiar da Embrapa.

O trabalho foi realizado através da revisão de dados secundários e de pesquisa de campo utilizando-se questionários, entrevistas abertas e acompanhamento quinzenal de propriedades. A amostra foi composta por 10 produtores, selecionados segundo os critérios de: localização espacial das propriedades (distribuídas de modo a cobrir diferentes áreas do território municipal); tamanho das propriedades, variando de 3 a 50ha; liderança exercida pelo produtor na comunidade a que pertencem; trajetória da unidade de produção (os diferentes modos de formação da propriedade - herança, projetos de colonização ou compra e a idade da mesma); e as características ocupacionais do agricultor (dedicação exclusiva à atividade agrícola ou o desenvolvimento da pluriatividade).

A escolha do município se deu em decorrência do mesmo possuir as principais características da região citrícola de Sergipe, como: a atividade citrícola é principalmente desenvolvida por pequenos proprietários familiares; pequena disponibilidade de terra para diversificação das suas atividades; dificuldades de crédito e comercialização, ocorrência de problemas fitossanitários, com destaque para a praga *Orthezia*; presença de uma equipe de trabalho da assistência técnica e extensão rural; e existência de uma estação de pesquisa especializada em fruticultura.

¹ Pedagoga, M. Sc., Embrapa Tabuleiros Costeiros, Av. Beira-Mar, 3250, Caixa Postal 44, 49001-970, Aracaju, SE.

² Eng.-Agr., M. Sc., Embrapa Tabuleiros Costeiros, Av. Beira-Mar, 3250, Caixa Postal 44, 49001-970, Aracaju, SE.



O Município de Umbaúba situa-se na Unidade de Desenvolvimento Expansão da Citricultura - Predominância de Laranja (Mota et al., 1995). Possui uma área de 123km², com clima quente-úmido e estação seca no verão. A temperatura média anual gira em torno de 23,6°C e a precipitação pluviométrica média anual é de 1200mm, concentrando-se nos meses de maio e junho. O município é drenado pelas bacias hidrográficas dos rios Piauí e Real. O relevo varia de plano e suavemente ondulado e os solos são predominantemente do tipo podzólicos vermelho-amarelo (SUDENE/SEPLAN/INEP, 1983).

Com uma população de 13.627 habitantes, sendo 46% na zona urbana e 54% na zona rural, o município tem como principal atividade econômica a agropecuária (laranja e pecuária). Dos estabelecimentos, 89,5% têm até 20ha (23,7% da área), 5,7% têm até 50ha (14,5% da área), 2,3% têm até 100ha (13% da área) e 2,5% têm mais de 100ha, sendo que, neste grupo, dois estabelecimentos têm mais de 500ha (48,8% da área) (FIBGE, 1985).

A atividade citrícola no município intensificou-se no início da década de 70, quando o Centro-Sul do Estado de Sergipe foi alvo da política de modernização agrícola, via ação de projetos especiais, principalmente o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste-POLONORDESTE. Merecem destaque nesse processo, a implantação de uma Estação Experimental no município de Boquim; a formação de quadros da assistência técnica para difundir os conhecimentos produzidos; a ação da Cooperativa Mista de Estância - COOPAME através de projetos de colonização; e de estímulos creditícios. Como consequência, verificou-se a expansão de pomares de citros, inclusive em áreas ocupadas tradicionalmente por culturas de subsistência (Padrão, 1996) atendendo assim, à demanda internacional por suco de laranja, a qual foi influenciada pela ocorrência de geadas na Flórida, EUA (Wanderley, 1988).

A área colhida de laranja no município de Umbaúba no período 1974/1994 passou de 400 para 2.745ha, representando um crescimento da ordem de 588%, superior ao do Estado de Sergipe que, para esse mesmo período, cresceu 480% (FIBGE, 1994). Isso leva a concluir que diante dos estímulos modernizantes os produtores alteraram os seus sistemas de produção e obtiveram como resultado uma melhoria na qualidade de vida, no entanto, não conseguiram consolidar estruturas que os tornassem menos vulneráveis às oscilações dos preços e as ações dos intermediários.

Os agricultores familiares de laranja constituem uma categoria social recente em Umbaúba, considerando que a exploração comercial deste produto no município data do início dos anos 70, quando um grupo de agricultores de Boquim, chegou na região em busca de terras mais baratas para desenvolverem os seus cultivos. Esse fenômeno ocasionou a formação de uma estrutura social composta por agricultores de diferentes origens.

Dos entrevistados, 70% dos agricultores são originários de municípios do Estado de Sergipe, 20% são de outros Estados e apenas 10% são de Umbaúba. A causa mais freqüentemente apontada para justificar a mudança de domicílio dos dois primeiros grupos foi a busca de melhores condições de vida, representada pela possibilidade de acesso à terra em uma área que tinha também a assistência técnica, o crédito e a cooperativa para organização da comercialização.

As formas de acesso à terra foram a compra para 60% dos entrevistados, os projetos de colonização para 20% e a herança para 20%. A compra de terras no município foi impulsionada pelos baixos preços, em relação a região tradicional de

citricultura do Estado, em uma época (final de 60 e começo dos anos 70) de expansão de fronteiras. Em seus municípios de origem, estes agricultores eram sem-terra ou as possuíam em quantidade insuficiente para a reprodução do seu grupo doméstico.

O grupo pesquisado é composto por agricultores que têm de 35 a 45 anos (40%), de 45 a 55 (20%) e de 55 a 65% (40%). São todos casados e as famílias são compostas de uma média de 4 pessoas, sendo que o número de filhos por família variou de 1 a 8. Observou-se que os agricultores mais jovens têm famílias menores. Acredita-se que isto ocorra em função, dentre outros fatores, do maior acesso à informação, vez que constatou-se que neste grupo o nível de escolarização do casal é mais alto do que nos demais, inclusive entre as mulheres, que em 50% dos casos têm o 2º grau. Outro fator que deve influenciar é o pequeno tamanho da terra, considerando-se que é este grupo que tem menores áreas, em torno de 3ha, o que dificulta a sobrevivência de uma família numerosa.

Em geral, o nível de escolarização dos agricultores é baixo, considerando-se que 70% estudaram até a 2ª série do 1º grau, 20% até a 5ª e apenas 10% concluíram o 1º grau. Entre as mulheres, 10% são analfabetas, 40% estudaram até a 2ª série, 30% estudaram até 4ª série e 20% concluíram o 2º grau. Esta condição já não é a mesma para os filhos, que freqüentam regularmente a escola e já apresentam níveis bem superiores de educação. Dois fatores contribuíram para esta situação, o primeiro foi que a modernização agrícola implantada na região favoreceu o acesso aos serviços educacionais pela ampliação do número de escolas. O segundo é a valorização da educação pelas famílias, que a consideram como uma preparação para conseguir um melhor posto de trabalho, especialmente para as filhas, que diante da dificuldade de ampliação das áreas têm reduzida as suas possibilidades de trabalho na propriedade. Está implícito também nessa estratégia a concepção de que o trabalho agrícola cotidiano é mais adequado aos homens e a eles deve ser passada a responsabilidade pela unidade de produção familiar.

Em 80% dos casos, as famílias residem em casas situadas na propriedade. Apenas 20% residem em um povoado próximo ou na sede do município. As casas são de alvenaria e dispõem de serviços de instalações sanitárias e bens de consumo duráveis como geladeira, televisão, sofá, bicicleta etc. A propriedade de veículos registra-se em 30% da amostra.

Os produtores residem na sede do município e nos povoados: Pau Amarelo, Matinha, Colônia Eugênia, Povoado Eugênia, Palmeirinha, Imbé e Queimada Grande, todos com serviços de energia elétrica, posto telefônico, estradas vicinais, posto de saúde e sedes de associação comunitária.

As famílias se organizam em torno do trabalho doméstico, agrícola e extra-agrícola. As mulheres desenvolvem cotidianamente as atividades domésticas e só temporariamente as atividades agrícolas, principalmente nas épocas de plantio e colheita, com exceção de um caso, em que a mesma é professora na zona urbana. Os filhos se dividem entre a escola e a atividade agrícola em 85% dos casos. Os que têm maior nível de formação, em torno de 15%, têm outras ocupações como telefonista, agente de saúde etc. Em apenas 3% dos casos existem parentes que residem com a família, especialmente naquelas que têm maior carência de força de trabalho.

Para 100% dos entrevistados a principal atividade é a agricultura em terra própria, tendo como principal cultura explorada a laranja, nesse grupo, 40% utilizam também terra de terceiros para o cultivo de culturas alimentares, como mandioca, feijão, inhame, e milho; 20% desenvolvem a agricultura e o comércio (revenda de laranja); e 10% realizam a agricultura e transporte para fretes. Essas atividades

dependem do tamanho do grupo familiar, do tamanho da terra possuída e da existência de outras rendas, como por exemplo, o salário dos filhos, da esposa ou de uma aposentadoria. Quanto maior a família, maior é o número de estratégias desenvolvidas para assegurar um nível mínimo de satisfação das suas necessidades.

Considerando os dados de acompanhamento das propriedades no período de agosto/1996 a março de 1997, constata-se que os agricultores pesquisados têm uma renda agrícola média bruta mensal de R\$ 602,00, e um consumo doméstico médio mensal de R\$ 290,00. Observados individualmente, no entanto, apenas 50% dos mesmos tiveram um rendimento líquido positivo. Dois destes, ou seja, 20% da amostra tiveram em torno de R\$700,00 mensais. Três agricultores, 30% do total, obtiveram cerca de R\$ 100,00 mensais. Os demais tiveram rendimento líquido médio mensal negativo. A explicação para essa situação está relacionada à investimentos feitos para diversificação de culturas utilizando recursos economizados nas colheitas anteriores.

A obtenção de rendimentos tão diferenciados tem relação com o patrimônio e a combinação das atividades de cada grupo familiar. Os agricultores que obtiveram os maiores rendimentos têm a propriedade de áreas maiores do que a média possuída pelo grupo pesquisado (17,24 e 9,08 hectares, respectivamente); diversificam a produção entre culturas de renda (laranja) e culturas de subsistência (milho, feijão, inhame e mandioca), utilizam terrenos de terceiros e trabalham fundamentalmente com mão de obra familiar.

Dos agricultores que obtiveram as maiores rendas negativas, 20% estavam realizando investimentos para diversificação de culturas como coco e mamão.

Dentre os problemas enfrentados pelo grupo pesquisado, destacam-se os baixos preços da laranja pagos pelas indústrias; a falta de organização para compra de insumos e comercialização da produção; e a queda de produtividade dos pomares.

A busca de novas alternativas de produção para estabilização das suas economias constitui-se uma constante na vida destes agricultores, que reconhecem a laranja como principal atividade, mas que necessitam de outras opções que contribuam para aumentar a sua estabilidade econômica.

PA nº 18, CPATC, maio/97, p.5-5

BIBLIOGRAFIA CITADA

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 1985. Censo Agropecuário: Sergipe. Rio de Janeiro. 306p.

INEP (Aracaju, SE). Umbaúba. Aracaju, 1983. 60p. (INEP. Série monografias Municipais)

MOTA et al, 1995. Zoneamento agrossocioeconômico dos Tabuleiros Costeiros e Baixada Litorânea de Sergipe. EMBRAPA-CPATAC. Aracaju.

PADRÃO, L. N. Agricultura da laranja e trabalho em Sergipe: notas de uma pesquisa. Caderno UFS de Extensão, Aracaju, n. 2, p..38 - 60, 1996.

SILVA, F. B. R. e, RICHE, G. R., TONNEAU, J.P., SOUSA NETO, N. C. de, LIMA BRITO, L. T. de, CORREA, R. C. CAVALCANTI, A. C., SILVA, F. H. B. da, SILVA, A. B. da, ARAUJO FILHO, J. C. de e LEITE, A. P. 1992. Zoneamento agroecológico do Nordeste: diagnóstico do quadro natural e agrossocioeconômico. Brasília, EMBRAPA/CPATSA/SNLCS. 155p.

WANDERLEY, Lílian de Lins, Mudança na utilização da terra e modernização da citricultura sergipana - 1970-1985, Dissertação de Mestrado, UFS, Aracaju, 1988.